

O GOVERNO BRIZOLA À PROCURA DA IDENTIDADE

César Guimarães e Marcelo Cerqueira

Desde a posse dos governadores eleitos a 15 de novembro de 1982, pode-se configurar três períodos distintos do processo político. O primeiro segue-se à constituição dos novos governos estaduais. É momento de euforia, até porque se acreditava poder o processo de abertura ser acelerado com novas medidas democratizantes. A eleição direta para presidente da República e a Constituinte figuravam no horizonte do possível. O senador Teotônio Villela articulava parcelas significativas da oposição organizada e da opinião pública, iniciando a campanha que ele chamava *diretas já*.

O segundo período vem marcado por um duplo movimento. O governo, por seus comandos militares, manifesta reiterados vetos às eleições diretas. A posse do presidente Alfonsín e a questão militar argentina serviram de motivo ou pretexto para redobradas cautelas e sistemáticos cuidados. Em seqüência, ativa seus candidatos que irão por longo tempo ser chamados de presidenciáveis. Serão incumbidos de ocupar a cena política, restringindo-a ao Colégio Eleitoral. Em contrapartida, as oposições retomam o ímpeto da campanha eleitoral e substituem a lógica da negociação pura pela autonomia das ruas. Que as anima e as surpreende. O período irá se encerrar com a derrota da emenda das diretas sob aparatosa pressão militar.

O terceiro período, que obriga a necessidade a substituir a virtude, vê as oposições caminharem para o Colégio Eleitoral em aliança com setores desavindos do PDS, após grave luta interna — sem quartel e sem alusões. A candidatura Maluf é vencedora em um partido que se dividiu irremediavelmente e busca se consolidar no apoio agressivo do governo, numa sombria escalada de ameaças, bem mais grave do que o clima de

intimidação, violência e retaliação que antecipou a eleição para governadores.

Diante desse quadro de dificuldades agravadas, o governador Leonel Brizola confronta-se com um problema que lhe é próprio: o da constituição — melhor seria dizer, a reconstituição — de sua identidade política, que procura diferenciar, simultaneamente, das lideranças do regime e da oposição. São as dificuldades da trajetória de um líder que por longos anos foi compelido ao exílio pela ditadura; que acabou por constituir um pequeno partido com o qual venceria as eleições e que necessita afirmar uma liderança com objetivos peculiares. Dificuldades que esclarecem aspectos relevantes de seu comportamento político e administrativo.

A campanha vitoriosa

O vencedor apareceu ao eleitorado como marcado por características extremamente favoráveis e diferenciadoras: um democrata que, para além de se opor ao regime, colocava-se à esquerda do que chamava "os liberais do PMBD"; um socialista que, embora moderado, obsessivamente diferenciado dos comunistas, se abria aos temas modernos da participação comunitária e da preocupação com as minorias; um administrador moralizante, que às vezes resvalava pelo udenismo clássico, e prometia a "liquidação do chaguismo". Um líder popular de fácil e aberta comunicação com os futuros governados.

Não se pretende aqui avaliar sistematicamente a administração estadual, menos ainda relacionar promessas de campanha com realizações, frustração que atinge a todos os governadores, mas alguns temas da campanha são relevantes para demonstrar a marca social e participatória da plataforma Brizola.

A ênfase num programa educacional de amplo e imediato alcance. "Dar cobertura imediata" ao déficit de 200 000 vagas nas escolas públicas. Sistema de tributação estadual de natureza progressiva. Regularização da posse da terra, que viria a consubstanciar o programa "Cada família um lote". Criação de uma Caixa Econômica Estadual de caráter popular. Distribuição de alimentos à população carente a preços "se possível de custo". Criação da Secretaria do Trabalho e da Habitação nas quais os sindicatos se fariam representar; e de outra Secretaria destinada às minorias. A criação de um Conselho de Justiça e Direitos Humanos que seria o órgão normativo na área de segurança. Combate ao desemprego através do incentivo a pequenas empresas e ao artesanato. Criação de agrovilas no interior do Estado (O Globo, 21/8/1983).

No plano político, a imagem democrática seria realçada no discurso de posse, em que propôs a reconstitucionalização a partir do seu Estado:

O que nos impede, no Rio de Janeiro, de realizar um amplo e profundo exame de nossa Constituição? Reorganizá-la, reconstruí-la, libertá-la inteiramente de todos os vícios que trouxe do arbítrio e do autoritarismo. Creio que integre esse meu compromisso a decisão de colaborar amplamente com esta Assembléia Legislativa eleita livre e legitimamente pelo povo nessa grande tarefa que nos aguarda (O Globo, 16/3/1983, discurso de posse).

Alguns desses compromissos, desde logo excetuado o da reconstitucionalização por impossível, estão em curso; outros foram esquecidos. Mas não deixa de ser interessante acentuar que entre os esquecidos estão os que envolviam participação popular direta. Assim, a Secretaria do Trabalho foi implementada de forma convencional, sem a presença dos sindicatos. Enquanto a que seria dedicada às minorias sequer foi cogitada.

Entretanto, a imagem proposta pela campanha e pela posse do novo governador sugeria o estabelecimento de um enclave popular no Rio de Janeiro, municiado de políticas sociais de emergência diante da crise, capaz de responder às diferenças que alegava haver entre eles e seus colegas também governadores de oposição.

A frustração das enormes expectativas que soube criar, levou-o ao alinhamento

corriqueiro com o mundo restrito dos demais governadores. A constituição de uma identidade própria passou a depender mais do que nunca de diferenciação na política ao nível nacional. Aliás já realizada com pleno êxito em sua campanha vitoriosa.

Foi uma campanha da fortuna e da obstinação. O quadro eleitoral do Rio de Janeiro foi sacudido por particularidade desconhecida em todos os demais estados. Em nenhum outro o pluralismo partidário se feriu tão plenamente.

A direita se dividiu entre as candidaturas do PDS e do PTB. A divisão também se deu na área popular.

A idéia de resistência ao regime, que então adotara a vinculação de votos, pela incorporação do PP ao PMDB, não vingou no Rio de Janeiro. É que aí o PP era governo do Estado, e considerado comprometido com o regime autoritário e o governo federal, além de acoimado de corrupção e nepotismo.

Esse embaraço seria agravado pela forma de conduzir a incorporação, que se deu por um acordo entre uma parcela do PMDB, à revelia de seus senadores, deputados federais, prefeitos, vereadores e à quase totalidade de deputados estaduais, com a direção do PP. Daí emergiu a candidatura Miro Teixeira, ao mesmo tempo em que se afastava do partido incorporado seu presidente, senador Nelson Carneiro, além do senador Saturnino Braga, candidato oficial do antigo PMDB ao governo do Estado. É evidente que o candidato escolhido não poderia simbolizar, apesar de seus esforços de campanha, a resistência ao regime que justificou a incorporação.

Essa política excluiu o PMDB da disputa final, que se polarizaria entre Leonel Brizola e Moreira Franco.

Nessas condições foi eleito o melhor candidato. Se por melhor se entende quem mais nitidamente se opôs ao governo federal e às forças que dominavam o governo do Estado.

As pesquisas de opinião revelaram que essa dupla oposição foi percebida pelo eleitorado e decisiva para o voto em Brizola, que em cerca de dois meses ascendeu de um modesto quarto lugar para a vitória.

O sinistro episódio da Proconsult serviu ainda para acrescentar ao eleito o apoio das mais diferentes áreas da opinião pública. A grande imprensa acorreu em seu socorro e por longo tempo emprestou-lhe ampla e favorável cobertura.

A vitória estava consolidada. Sua candidatura fora um lance de alto risco. A eventual derrota poderia liquidar de vez com seus projetos. Se no Rio Grande do Sul sua política serviu apenas para derrotar o candidato do PMDB, senador Pedro Simon, o êxito no Rio de Janeiro o projetava como uma liderança nacional.

Relações com o presidente

Em seu primeiro ano de governo, o perfil político de Brizola pode ser esboçado a partir de seu relacionamento especial com o presidente da República. São idas e vindas, aproximações e propostas. As primeiras aproximações correm paralelas na busca de uma composição com o PDS na Assembléia Legislativa.

Imediatamente à sua posse, Brizola reúne-se com o ex-candidato Moreira Franco, presidente regional do PDS. A *démarche* é precedida de declarações liсонjeiras ao presidente da República:

Pode-se discordar dele, mas é preciso reconhecer o seu compromisso com a abertura política (O Globo, 19/3/1983).

São da mesma data declarações suas relativas à necessidade que sentia de colaboração das forças armadas, particularmente o Exército, nas questões relativas à segurança no Estado do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, cuidou de logo esclarecer sua posição em relação ao PMDB:

O PMDB é uma frente comandada por esses liberais. Na última campanha, esse partido fez as piores composições, como por exemplo no Rio Grande do Sul. Em muitos casos, o PMDB nos perseguiu mais que o próprio PDS (O Globo, 4/5/1983).

Às críticas ao seu relacionamento com o partido oficial, respondia que se tratava de "entendimentos de alto nível" (...) "uma proposta sem promiscuidade" e que "as perspectivas animadoras de um bom relacionamento se concretizam graças ao governo federal" (O Globo, 25/6/1983).

Esse clima de mútua compreensão será reforçado em agosto (1983) quando Brizola defendeu apoio suprapartidário ao general Figueiredo "para que ele possa democratizar o país em sua plenitude", ao tempo em que mostrava preocupação com a situação financeira do Estado ao se referir ao ministro Ernane Galvêas, nos seguintes termos:

Ele tem toda a situação financeira do Estado do Rio na cabeça (O Globo, 2/8/1983).

Em contrapartida os deputados estaduais do PMDB, à vista de tudo isso e ainda acossados em suas bases pela promessa do governador de "convivência fraterna com os prefeitos do PDS", propuseram-se a fazer-lhe "ferrenha oposição". Isto em julho de 1983.

Setores do PMDB manifestavam irritação com o que consideravam "excessiva bajulação do governador ao presidente", quando aquele já descrevia o general Figueiredo como:

Homem de boa fé, cordial, bem-humorado, e que tem permanentemente diante de si a imagem do pai (Jornal do Brasil, 17/6/1983).

Já ao final do ano, essa situação viria a se alterar. De um lado, peculiaridades da política local dificultaram a formação permanente de uma aliança entre o PDT e o PDS que oferecesse suporte majoritário ao Executivo. De outro, já se prenunciavam dificuldades do governador com setores do governo federal. O aumento do funcionalismo, a criação das novas secretarias e a votação do orçamento estadual levaram o governo a uma composição na Assembléia com as bancadas do PMDB e do PTB, a quem foram atribuídas Secretarias de Estado e outros órgãos da administração. O orçamento então aprovado seria idêntico, em sua estrutura, ao do governo Chagas Freitas.

Esse movimento sinuoso é elemento revelador das dificuldades de Brizola em constituir uma identidade política.

Apresentando-se por ocasião da campanha eleitoral como o mais oposicionista entre estes, seu isolamento partidário, para o qual absolutamente não contribuíram os governadores do PMDB, reforçado pela evidente desconfiança e má-vontade de setores militares radicais, impeliram-no às práticas mais conciliatórias. Esse comportamento aparenta mais diferenças com o PMDB do que contradições com o regime.

Entretanto, no primeiro trimestre deste ano as relações entre Brizola e o general Figueiredo deterioraram-se. Inicialmente, o governador acusa o SNI de intrigá-lo com o presidente (O Estado de São Paulo, 31/1/1984) e, em seguida, refere-se diretamente ao general Medeiros que teria se imiscuído em dificuldades de sua administração com a Polícia Militar do Estado (O Globo, 3/2/

1984). Finalmente, um conjunto de desacertos com o presidente vai ser coroado com o rompimento deste com o governador, à raiz de questão não propriamente política, relacionada com o chamado Caso Capemi (*Veja*, 15/3/1984).

Posterior tentativas de reaproximação foram desconsideradas pela intransigência do general Figueiredo.

Enquanto valeu a concórdia entre o governador e o presidente, o primeiro entreteve projeto político próprio de transição do regime. Tratava-se de fazer prorrogar o mandato do general Figueiredo por mais dois anos. Ao final da prorrogação haveria eleições gerais, ocasião em que seriam escolhidos o Presidente da República, além dos Constituintes, governadores de Estado e deputados estaduais.

A ninguém escapa a aritmética de conveniência envolvida na proposta. A coincidência geral das eleições permitiria a constituição de alianças em todos os Estados impulsionada pela perspectiva de vitória que a candidatura Brizola, a presidente da República, ensejaria.

Novamente a provocar a roda da fortuna, seria mais um lance de alto risco, a que não faltou até mesmo o recurso lastimável à prorrogação do mandato do general Figueiredo. A proposta é coerente com seu reconhecimento de que o presidente "legitimou-se" no poder ao promover e sustentar o atual processo de abertura política, ocasião em que ainda se propôs defendê-lo, à frente de seu cargo, na hipótese de alguma conspiração (*Folha de São Paulo*, 26/10/1983).

A proposta chegou a ter seqüência no Legislativo quando o deputado Sebastião Nery (PDT-RJ) começou a colher assinaturas dos congressistas para a apresentação de emenda constitucional prorrogacionista. A iniciativa não surtiu efeito, sequer entre os correligionários dos porventura beneficiados.

Malograva, assim, a tentativa de transição do autoritarismo para o socialismo moreno.

Por esse tempo, articulava-se a luta pelas eleições diretas. Absorvido em seu projeto, Brizola mostrava-se pouco sensível àquela campanha.

As diretas

A campanha pelas diretas colheria o governador em meio às contradições de sua política. Tergiversava, pois ainda

permanecia enredado na estratégia prorrogacionista que urdira, ao mesmo tempo em que a opinião pública caminhava célere para a campanha.

Por isso, não foram poucos os tropeços que o comitê pró-diretas do Rio de Janeiro enfrentou para colocar nas ruas a campanha.

Parte dessas dificuldades já apareciam anteriormente. Quando sondado, Brizola declarou que só aceitaria participar de uma campanha conjunta das oposições se o comando delas não ficasse nas mãos dos líderes do PMDB (*O Globo*, 29/6/1983). Aqui a questão não era apenas o PMDB, mas o rumo tático que ele então percorria. Estes rodeios propiciaram, paradoxalmente, um dos mais belos eventos da campanha. Em março, quando todos os governadores de oposição já haviam colaborado com os comícios em seus estados, Brizola hesitava quanto à sua participação no comício do Rio. A passeata e o comício que então se seguiram, convocados exclusivamente pelo comitê pró-diretas, teriam um enorme êxito e serviriam como pressão ao governador e prenúncio do enorme comício que veio a se realizar no dia 10 de abril, já com sua colaboração e participação.

Derrotada a emenda das diretas, retoma Brizola a sua constante do mandato tampão. Aureliano Chaves, que se havia descolado da política oficial por sua adesão às diretas, é recomendado por Brizola como candidato preferido para a transição pelo Colégio Eleitoral.

Formada a Frente Liberal, liderada pelo mesmo Aureliano Chaves, e já consolidados os entendimentos com o PMDB em torno da candidatura Tancredo Neves, em nota assinada juntamente com o deputado Doutel de Andrade, presidente nacional do PDT, Brizola repudiou a Aliança Democrática, já formada (*O Globo*, 18/7/1984). Sem embargo, deixa claro que seus votos não ajudarão à eleição do candidato do governo. Na realidade, a execução de sua política iria colocá-lo à margem das tratativas, até porque também o candidato Tancredo Neves só serviria para o conveniente mandato tampão.

Essa posição, especialmente no Rio de Janeiro, além de confundir setores da opinião pública que Brizola influencia, não vem colaborando para a imprescindível campanha de rua, que é decisiva para a vitória da oposição.

Brizola reitera aqui o comportamento

comum da política que obriga a constituição da identidade a passar pela diferenciação com o adversário mais próximo. Só que seguidamente tem exagerado na dose, pois freqüentemente o adversário mais próximo é o aliado necessário. Na exacerbação desse movimento, Brizola correu o risco de aliar-se ao real inimigo.

Centralização e convencionalismo

Aparecendo como o candidato mais avançado do Estado, Brizola soube articular, em sua campanha, o discurso do moderno — descentralização do poder e participação popular. As políticas sociais de emergência que prometia a nível estadual — e que eram absolutamente factíveis — além de afirmações de independência e mesmo cerrada oposição ao regime, tudo contribuía para cercar o início de seu governo da enorme expectativa que soube gerar.

Entretanto, até o momento, seu governo se caracteriza pela centralização e pelo convencionalismo, castigado por baixas taxas de prestígio e popularidade.

A pretensão do moderno brigou com a liderança tradicional. O moderno foi derrotado.

A centralização teve início com sua posse. Em seu primeiro decreto, o governador transferiu o controle das nomeações para todos os cargos em comissão das Secretarias de Estado e autarquias para a Secretaria de Governo, enquanto centralizava a política de educação e cultura, através de Conselho que criou, nas mãos do seu vice-governador (*O Globo*, 16/3/1983).

Preocupado em compor seu governo, em todos os escalões, com correligionários que pudesse identificar, deixou de preencher posições importantes na administração do Estado e da sua capital, causando enormes problemas de gestão.

As críticas de excessiva centralização começaram a amoldar-se em seu próprio partido. Os intelectuais e profissionais que sua campanha atraiu, em sua maior parte não foram aproveitados e muitos mesmo acabaram afugentados pelo jogo de lealdades equívocas que a centralização exigira.

Em resposta às críticas, o governador substituiu a descentralização prometida pela centralização iluminada:

Bendita centralização esta que eu tenho exercido, porque se trata de uma

centralização democrática, num ambiente democrático, realizada por um governo de natureza popular e preocupado com o interesse público (*O Globo*, 23/6/1983).

E logo adiante:

Centralização legitimada e democrática é uma coisa indispensável para a afirmação de um governo popular e democrático, até que se estabeleça uma doutrina em torno da qual todos se identifiquem (*O Globo*, 26/3/1983).

É uma estranha doutrina a que forja o consenso pelo uso do relho autoritário. E com a grave disfuncionalidade de transformar seus auxiliares em meros prepostos, de tal forma que até mesmo aqueles insucessos e dificuldades comuns a todos os governos acabam por lhe ser pessoalmente atribuídos.

Na administração ou na política, seu partido acaba por mostrar-se um baralho de uma carta só.

O convencionalismo já tornou célebre frase de eminente político do Estado: "Este não é um governo moderno". Reflete-se em questões graves, como no tratamento da criminalidade, que abriu o governo Brizola para um fogo de baragem conservador. Em uma política social de equívocos, que de primeiro, na intenção de combater o desemprego abre toda a cidade aos chamados camelôs para, logo, sob pressão generalizada, inclusive do *lobby* das Associações Comerciais, confiná-los no espaço pouco atrativo do "camelódromo". Em uma contradição entre a intenção de dispêndio social de emergência e a política financeira que perseguiu "superávit" orçamentário:

Tivemos sucesso na eliminação do déficit, mas nem por isso estou contente, porque cortamos obras essenciais, lamenta o Secretário da Fazenda Cesar Maia (*O Globo*, 18/3/1984).

Difícil a tarefa do político em constituir uma identidade própria. Mais penoso ainda é o caminho de quem com ela quer constituir também a identidade de um partido e de um governo.

Maquiavel dizia que a criação de um Estado é tarefa de um homem só. Mas isso foi no alvorecer do século XVI.

César Guimarães é professor de Ciência Política no IUPERJ. Marcelo Cerqueira, ex-deputado federal (PMDB-RJ), é advogado e professor de Direito Constitucional na Faculdade Cândido Mendes.

**Novos Estudos Cebrap, São Paulo
n.º 10, pp. 13-17, out. 84**
